

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Sociologia

A Experiência de Integração Escolar dos Estudantes Guineenses em Portugal: O caso dos
Estudantes do 1º Ciclo no ISCTE

Wilson Cá

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia

Orientador:

Prof. Doutora Teresa Seabra

Professora Auxiliar do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Outubro de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela bênção e protecção.

Agradeço aos meus pais, particularmente, à minha Mãe que, sendo analfabeta mas sempre soube da importância da Escola;

Um agradecimento especial ao Sr. John Damian Herd, e a Dra. Herculina Miguez pelo apoio financeiro que me deram para cobrir a parte das minhas propinas.

Ao ISCTE, agradeço e particularmente, à ESPP que sempre foi disponível em prestar os esclarecimentos. Especialmente, agradeço à todos os professores do curso de Sociologia pela forma maravilhosa e carinhosa que tratam os estudantes e de forma sábia e humilde que transmitem os seus preciosos saberes. É uma honra poder ser o vosso estudante.

Em especial, agradeço a minha orientadora Teresa Seabra, que de forma paciente e humilde fez-me crescer ao longo desse percurso.

Aos meus conterrâneos estudantes do ISCTE sem os quais este trabalho não seria possível. À todos aqueles que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para que este sonho se torne em realidade.

Resumo

As exigências do mundo contemporâneo impõem nos jovens, cada vez mais a necessidade de elevação do nível académico por forma a estar a altura dos desafios actuais. Os estudantes guineenses procuram formação superior um pouco, por toda parte do mundo, sendo Portugal um dos principais destinos. Isto porque a ligação histórica favoreceu essa escolha do país do continente europeu. O presente trabalho procura perceber a experiência de integração escolar dos estudantes guineenses em Portugal, o caso de uma instituição do ensino superior do país, o ISCTE-IUL. Foram entrevistados 15 estudantes guineenses dos diferentes cursos e anos curriculares a nível de licenciatura. Verificou-se que a experiência de frequentar o ensino superior num país estrangeiro sempre constitui um desafio e é desafiante ainda neste momento particular da crise económica global que o mundo vive. Apesar das dificuldades de várias ordens, nomeadamente, as financeiras que em parte foram minimizadas pela existência de familiares que apoiaram os estudantes em causa, não deixaram de lutar para superar esses desafios que entretanto, foram mais difíceis no primeiro ano da entrada no curso acabando por repercutir nos resultados escolares. Contudo, o processo de integração, apesar de ser difícil, os estudantes empenhar na melhoria dos resultados escolares por forma a ter melhor desempenho escolar possível.

Palavras-chave: migrações, integração, estudantes internacionais, ensino superior.

Abstract

The demands of the modern world impose on young people, more and more the need for raising the academic level in order to be able to face the current challenges. Guinean students seek the higher education almost all over the world, where Portugal is one of the main destinations. This is because of the historical ties that enable the choice of the old continent's country. This paper aims to understand the experience of the school integration of Guinean students in Portugal, focusing in a higher education institution of the country, ISCTE-IUL. 15 undergraduate Guinean students have been interviewed from different courses and academic years. The findings have shown that the experience of attending higher education in a foreign country is always a challenge and still is more challenging particularly at the global economic crisis that the world is facing. Despite of many difficulties, mainly the financial ones, that has been minimized by the existence of the students' relatives who supported the students, they did not stop struggling to overcome these challenges however, they were more difficult in the first school year, that eventually affected the school results. However, nevertheless the difficulty of the integration process, students engaged in improving their educational outcomes in order to have as much as possible the best school performance.

Keywords: migrations, integration, international students, high education.

Lista de siglas

CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
EI	Estudantes Internacionais
IC	Instituto Camões
IES	Instituições de Ensino Superior
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
MAI	Ministério de Administração Interna
MEC	Ministério de Educação e Ciência
MEN	Ministério de Negócio Estrangeiro
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Economico
PALOP	Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa
SEF	Serviço Estrangeiro e Fronteira
UE	União Europeia

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. ESTUDANTES INTERNACIONAIS E POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO.....	3
1.1- Migrações e integração.....	3
1.2- Políticas de integração dos estudantes internacionais no ensino superior em Portugal	6
1.3-Estudantes internacionais no ISCTE.....	10
1.3.1 -Medidas de integração	10
1.3.2 -Presença dos estudantes guineenses.....	12
2.- METODOLOGIA.....	16
3.- ESTUDANTES GUINEENSES NO ISCTE	18
3.1- A emigração para Portugal: motivações, condições e apoios.....	18
3.2- A entrada no ISCTE: motivos de escolha e acolhimento institucional.....	20
3.3- A vida académica: estabelecimento de relações	22
3.3.1- Estratégias de estudo, desempenho escolar e dificuldades.....	26
3.4-Integração escolar versus actividades extra- académicas.....	31
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	32
BIBLIOGRAFIA.....	36

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Número dos estudantes guineenses no ISCTE.....	13
Quadro 2- Caracterização dos entrevistados.....	17
Quadro 3- Motivos de vinda para Portugal.....	19

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Total dos estudantes guineenses inscritos no ISCTE nos 3 ciclos de estudo por sexo (2005 à 2015).....	13
Figura 2- Número de estudantes guineenses inscritos no ISCTE de 2005 à 2015.....	14
Figura 3- Número dos estudantes guineenses inscritos no ISCTE nos 3 ciclos de estudo de 2005 à 2015	15
Figura 4- Número de estudantes guineenses no ISCTE nos 3 ciclos de estudo de 2005 à 2015.....	15

ÍNDICE DE ANEXOS

Guião de entrevista.....	37
Currículo do candidato.....	38

INTRODUÇÃO

Os desafios da mudança a que as sociedades contemporâneas colocam ao mundo pelos avanços da tecnologia e da informação, exigem-se cada vez mais, as pessoas à procura constante do conhecimento, e sendo um recurso desigualmente distribuído no espaço geográfico, obriga-se as pessoas que não dispõem de condições do seu melhor acesso a se deslocarem para as diferentes regiões do globo propícias à sua aquisição. Essas deslocamentos, apesar de terem propósitos positivos, podem acarretar implicações sociais, económicas, culturais de vários níveis.

O presente trabalho insere-se no contexto de migrações, na medida em que se trata dos estudantes guineenses que frequentam o ensino superior português. Estes estudantes iniciaram o ensino primário e secundário no país de origem, e por vários motivos, deixaram esse país. Essas razões podem, nomeadamente, ser: a necessidade de prosseguir estudos superiores; a saída do país para se agregar aos familiares que já se vivem em Portugal, associada a precariedades do ensino no país de origem, as recentes instituições do ensino superior criadas no país em particular as universidades, com grande limitações em termos de recursos materiais e humanos, até mesmo as poucas ofertas formativas e especializadas.

A ligação histórica e cultural existente entre os dois países, em que muitos dos guineenses já têm familiares a viver em Portugal, tem sido aproveitada para facilitar os jovens a estudar neste país do continente europeu, cujos diplomas têm grande reconhecimento no mercado de trabalho guineense e maior probabilidade de emprego.

O nosso estudo incide sobre estudantes guineenses que, de acordo com a definição da União Europeia (UE), estão inseridos no contexto dos estudantes internacionais e estão a frequentar o primeiro ciclo do Ensino Superior Português no ISCTE-IUL.

O presente trabalho tem os seguintes objectivos:

- Identificar as dificuldades com que os estudantes guineenses se confrontam nas Instituições do Ensino Superior portuguesas;
- Conhecer as estratégias de integração social e académica adoptadas pelos estudantes guineense do ensino superior em Portugal;
- Perceber se as proximidades linguísticas favorecem ou não integração social e académica;
- Perceber os efeitos da integração tanto social como académica no desempenho escolar dos estudantes;

O trabalho está dividido em 3 pontos. No primeiro ponto, foi abordada a questão de estudantes internacionais e as políticas de integração. Neste ponto, foi também discutido o conceito, integração no contexto de migrações. Ainda foi definido o conceito de estudantes internacionais na perspectiva do nosso trabalho, assim como foram abordadas algumas políticas de integração dos estudantes elaboradas pelo Estado português e da União Europeia. Ainda neste mesmo ponto foi abordada a questão de medidas de integração dos estudantes no ISCTE-IUL e a variação e dimensão do fluxo dos estudantes guineenses nesta instituição. No segundo ponto foi apresentado a metodologia do trabalho e a caracterização dos entrevistados. No terceiro ponto, foram analisados os resultados os dados empíricos recolhidos e por fim seguiram-se as recomendações e conclusões.

1 - ESTUDANTES INTERNACIONAIS E POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO

1.1- Migração e integração

Como foi referido a cima, os estudantes guineenses no ISCTE-IUL deixaram o país de origem para frequentar o ensino superior num país culturalmente distinto de onde nasceram. Isso significa uma “transição, física, de um indivíduo ou grupo, de uma sociedade para outra. Essa transição envolve habitualmente o abandono de um quadro social e a entrada num outro” (Eisenstadt, *in* Pires, 2003). Essa transição que também Lee (*in* Pires, 2003) considera “mudança permanente ou semipermanente de residência” (Pires 2003:67); uma vez que esses estudantes podem ou não voltar para o seu país de origem.

Thomas Faist (2000) considera que, na sua forma geral, o movimento espacial pode ser entendido como a transferência de um espaço para outro, de uma unidade social ou política para outra. Para este autor o espaço é concebido como uma espécie de recipiente social, política e economicamente construído e, ao contrário do evento demográfico de nascença e morte, um indivíduo pode migrar muitas vezes por duração variada, atravessando numerosas divisões territoriais. Nessas transferências ocorrem rupturas, mudanças ou reforçam-se os laços pré-existentes.

Os estudantes em causa não fogem à regra dessas mudanças espaciais referidas por Faist nem tão pouco às rupturas, às mudanças que ocorrem nas suas vidas que, por vezes, são profundas devido aos vários factores que procuraremos destacar ao longo deste trabalho.

O conceito de integração tem sido alvo de uma análise e discussão profunda em Sociologia. Começando pelos clássicos como o Durkheim que o abordou para explicar a forma como os indivíduos se relacionam nas sociedades, tendo em conta os dois tipos de laços, a integração social e a regulação social (Giddens, 2001:11). Durkheim fala da solidariedade tendo como alicerce a integração. Ou seja, para ele, a solidariedade é mantida quando os indivíduos se integram com sucesso em grupos sociais e se regem por um conjunto de valores e costumes partilhados e considera que “a integração diz respeito a um estado de interdependência harmoniosa dos indivíduos num todo social normativamente regulado” (Machado, 2002:63).

A partir de uma outra perspectiva, o conceito tem sido abordado para distinguir os processos sociais relativamente aos diferentes níveis, a integração social e a integração sistémica. Lockwood (1964), numa perspectiva de conflito e de mudança social, distingue a primeira da segunda, em que para ele, a primeira “diz respeito a relações ordeiras ou conflituais entre os actores”, a segunda refere-se “as relações ordeiras ou conflituais entre as partes de um sistema social” (Machado, 2002:64).

Segundo Machado (2002:65), há situações em que o conceito é definido como antónimo da exclusão, não exclusão (Machado, 2002:65), para explicar o processo de passagem da situação de exclusão para

a situação de participação social e cidadania. Isso significa que, se o cidadão estiver à margem de conjunto de direitos e deveres relacionados com a participação regular na vida social, a sua integração passa pela aquisição de capacidade efectiva de exercer esses direitos. Ou seja, para que os indivíduos sejam integrados na sociedade como um todo, os que dela fazem parte participariam de um conjunto mínimo de benefícios que definem a qualidade de membro de pleno direito dessa sociedade (Capucha, *in* Machado, 2002).

Como referiu Machado (2002), e neste caso específico em estudo, o conceito integração “é útil para analisar situação de determinados segmentos ou categorias sociais particulares, entre os quais minorias migrantes, do ponto de vista da sua relação com a dinâmica social global. Se esse segmento ou categorias sociais se encontram numa situação de exclusão, a sociedade no seu conjunto não está integrada. Do mesmo modo, uma sociedade integrada será aquela onde não existe categorias sociais excluídas”(p.66).

A categoria em estudo são estudantes guineenses a frequentar o 1º ciclo de ensino superior, num país culturalmente diferente de onde nasceram, numa Instituição do Ensino Superior (IES) pública portuguesa, o ISCTE-IUL, que alberga estudantes de diversos países e culturas, onde, apesar da predominância da cultura portuguesa, se encontram presentes culturas variadas, inclusive as africanas da lusofonia.

Deste modo, torna-se fundamental perceber a convivência social e académica dos estudantes por forma a poder compreender a sua relação com dinâmica social vivida no ambiente universitário e perceber o grau dos seus envolvimento não só com a sociedade envolvente como também com as outras culturas.

Para além do distanciamento que se possa sentir em termos culturais, os valores e modos de vida do país de origem, há uma situação comum aos estudantes em transição do ensino secundário para o ensino superior, em que vários estudos têm apontado imensas dificuldades por partes dos estudantes, nomeadamente no primeiro ano dos estudos universitários, como refere o Duque (2012), as exigências de adaptação ao mundo universitários dos estudantes guineenses é bem evidente, na medida em que é necessário que estes se adequem as suas capacidades pessoais, intelectuais e académicas às estruturas universitárias portuguesas. Austin (*in* Duque, 2012) considera a integração como condição mais importante para uma boa adaptação académica, seguida das vivências académicas não apenas curriculares, são factores que favorecem a integração e o envolvimento universitário uma vez que estamos perante um grupo de estudantes com vivências socioculturais diversas das praticadas na sociedade portuguesa em geral como um todo e nas universidades em particular.

O multiculturalismo vivido nas Instituições de Ensino Superior (IES) portuguesas em geral e no ISCTE-IUL em particular, pode de alguma forma, proporcionar proximidades culturais, propiciando

de algum modo, a convivência entre os estudantes de diferentes países que se identifiquem por serem estrangeiros e/ou africanos já que não só os guineenses que o frequentam a nível dos PALOP. Ou seja, o facto de ser estrangeiro é uma condição que pode facilitar o relacionamento e a convivência entre os estudantes que partilham essa condição.

Acontece que essa situação pode também proporcionar os efeitos contrários, os de fechamento, restringindo o relacionamento no interior do grupo de pertença no qual se partilha identidade e os valores comuns.

De igual modo, há situações de integração interna quando se trata de exclusão social de um determinado grupo como o que Machado (2002) abordou na perspectiva em que num grupo excluído, haja uma integração interna muito forte entre os seus membros. Exemplificando o caso da integração interna, o autor fez a referência ao gueto para esclarecer a distinção entre o conceito integração com “os laços sociais intensos e fortemente inclusivos que determinadas populações excluídas podem manter, com base na localização residencial comum e identidade de tipo comunitário (tanto étnico como de classe), ou ainda por razões defensivas perante ameaças externas reais ou virtuais”(p.66).

Nesse sentido, os laços intensos podem jogar um papel preponderante em minimizar os efeitos de menor integração social, restringindo-se o relacionamento e a interactividade das pessoas apenas dentro do grupo com o qual se identificam. Essas situações de acordo com o Machado (2002) são favorecidas pela localização residencial, ou seja, quando as pessoas da mesma comunidade se concentram a viver no mesmo sítio, na mesma localização geográfica ou bairro, partilhando o mesmo espaço e os valores da pertença comum. A não integração social deste grupo na sociedade como um todo passa a ser despercebida mesmo dentro do grupo em causa. Enfatizando esse aspecto, o autor realçou o papel dessa convivência harmoniosa que ate certo ponto, pode funcionar, como um recurso para minimizar os efeitos de menor integração, apesar de não resolver todo o problema da integração (p.66).

Quando se trata dos estudantes que geralmente, têm localizações residenciais dispersas, sendo que a universidade pode ser o espaço de encontro e estabelecimento de relações e interacções, a localização residencial pode ser substituída por actividades curriculares e extra curriculares dentro e fora do contexto universitário para a interacção e até de partilha de valores da pertença comum como é o em estudo.

No caso concreto em estudo, estamos perante o conceito de integração numa sociedade multiculturalista, característica da sociedade portuguesa actual e os estudantes guineenses vêem-se confrontados não só com a cultura portuguesa e europeias nas suas respectivas universidades, mas também de outras culturas africanas (PALOP) e brasileira, etc...tendo em conta a composição do mosaico cultural português que é extensivo a suas universidades.

Cashmore (*in* Machado, 2002) define a integração como sendo a forma como “os diferentes grupos étnicos são capazes de manter as suas fronteiras e individualidade participando em igualdade nos processos fundamentais de produção, distribuição e governo”(p.67). Trata-se de “problemática das minorias e da etnicidade associada a ideia da participação social igualitária e da preservação das identidades étnicas” (Machado,2002:67).

Enquanto Machado (2002) considera que, “para estar plenamente integrada, a sociedade deve assegurar, simultaneamente, diversidade cultural e igualdade de oportunidades; eliminar hierarquias étnicas que se traduzem em acesso diferencial a recursos escassos, mas manter ou mesmo reforçar as diferenças específicas de cada grupo étnico” (2002:67). Os estudantes em causa, uma vez deixado o país de origem deixaram os contextos sociais nos quais eram habituados e são obrigados a “reparametrizar” as suas vidas, por se encontrarem num processo migratório. Isto é, abraçar uma nova cultura que, por vezes, exige mudanças radicais no modo de vida, desde modos de vestir, comer e a própria rotina. Essas mudanças no modo de vida que as migrações nos impõem podem servir de argumento para justificar a definição que Pires (2003), optou por dar à “integração social”. Para ele, entende-se por integração social “os modos de incorporação dos actores individuais em novos quadros de interacção, em consequências de episódios de mudança social e de deslocamentos intra-sistemas de ordem (ciclo geracional ou de mobilidade social), ou inter-sistema de ordem (migrações) ” (p. 50). Essa definição, apesar de ser mais abrangente e aplicável aos outros contextos de mudança social, enquadra-se no contexto de migrações a que os estudantes em estudo estão inseridos no qual pretendemos compreender as suas experiências e como ocorreram essas incorporações na sociedade portuguesa e no ISCTE-IUL enquanto instituição universitária.

1.2-Políticas de integração dos estudantes internacionais no ensino superior em Portugal

Para nos debruçarmos melhor sobre esta temática de integração, precisamos conhecer as políticas de integração dos imigrantes em Portugal, particularmente dos estudantes estrangeiros nas instituições do ensino superior português. É importante ter presente o contexto político em que Portugal está inserido. Ele é um país da União Europeia e, para além dessa organização, encontra-se inserido em varias outras organizações fora dela, nomeadamente, a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Economico (OCDE), e, assim sendo, estabeleceu-se acordos bilaterais e multilaterais com vários países do mundo.

Neste contexto, seguindo as directivas da União Europeia e as próprias exigências e os compromissos nacionais no que respeita a internacionalização do ensino superior, Portugal obedece varias regulamentações que essa organização delibera, concretamente na matéria de Educação e Ciência, no

que diz respeito a mobilidade dos estudantes, professores, investigadores tanto dentro do espaço da União como fora dele. Essa mobilidade vai permitir que os estudantes de outros países dentro e fora da União tenham acesso aos programas formativos nas Instituições do Ensino Superior portuguesas e vice-versa, nomeadamente, as universidades através de programas de intercâmbios, *Erasmus* e *Erasmus Mundis*, *Ciência sem Fronteiras* como tem acontecido ao longo dos anos.

Assim como os países da CPLP e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em particular, em que os laços históricos os mantêm ligados e, sendo Portugal mais avançado em relação aos segundos no que respeita às Instituições do Ensino Superior e, considerando o défice dos recursos humanos e das Instituições do Ensino Superior especializadas que se tem verificado nesses países, Portugal continua a jogar papel fundamental na formação dos quadros desses países, estabelecendo vários acordos de cooperação bilaterais e multilaterais por forma a contribuir na formação e capacitação dos recursos humanos através do estreitamento de laços diplomáticos e de ajuda ao desenvolvimento.

Neste domínio de cooperação no sector da educação e ciência, Portugal contempla bolsas de estudos aos estudantes desses países para estudarem nas suas instituições do ensino superior (IES). As bolsas são contempladas diplomaticamente a esses países no quadro de projectos de apoio ao desenvolvimento, criados por Portugal através de Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Instituto Camões (IC), e outras instituições privadas portuguesas como a Fundação Calouste Gulbenkian.

Para além destas instituições que contemplam bolsas de estudo aos nacionais de países de PALOP, Brasil e Timor Leste com candidaturas admitidas aos que vivem nos respectivos países de origem (um dos requisitos da candidatura), há outras instituições privadas portuguesas que contemplam bolsas de estudo e apoios de outra natureza aos estudantes desses países, tendo como condição de candidatura o contrário do primeiro requisito (a vivência em Portugal), e a inscrição prévia numa das instituições do ensino superior português. Ou seja, o candidato tem que ser residente em Portugal e inscrito numa IES portuguesa, como o caso de Fundação Cidade de Lisboa e Fundação Millennium BCP em que esta última direcciona os seus apoios para os estudantes de Pós-graduação. Os apoios que essas duas instituições prestam são destinados aos estudantes que não são contemplados com bolsas de estudos a nível de cooperação ao desenvolvimento. Ou seja, os que beneficiam de apoios das duas últimas instituições são destinados aqueles que estudam sem bolsas de estudo contemplado no quadro de cooperação nas IES portuguesas e que não beneficiam de apoios de outras instituições, sendo essa condição um dos requisitos para a sua obtenção.

No que respeita aos acordos de cooperação entre Portugal e esses países, nomeadamente PALOP, Brasil e Timor Leste, no âmbito do ensino superior, várias medidas foram tomadas através de acordos interministeriais, integrando os Ministérios de Negócios Estrangeiros (MNE), Ministério de

Administração Interna (MAI), e Ministério de Educação e Ciência (MEC), por forma a agilizar os processos de acolhimento e permanência destes estudantes em território Português (Alves, 2012). Através destes acordos e considerando algumas assimetrias existentes no sistema de ensino português e dos PALOP, foram criados regimes especiais de acesso ao ensino superior português exclusivamente a esses países por forma a facilitar o ingresso dos seus estudantes, resultante de relações privilegiadas que Portugal tem com esses países, essas medidas são concretizadas diplomaticamente através do MNE (Alves, 2012).

No que concerne as bolsas de estudo atribuídos aos PALOP por via diplomática, as candidaturas são normalmente, formalizadas nos países de origem através dos Ministérios de Educação Nacional dos respectivos países em colaboração com as Embaixadas de Portugal. Neste caso, os estudantes, uma vez reunidas as condições necessárias, as Embaixadas encarregam-se de encaminhar os processos para Portugal e ocupam-se de atribuir os vistos de estudos aos estudantes mediante as respostas ou a confirmação das vagas e das inscrições por parte das instituições de ensino que os acolhem.

Nos casos dos estudantes guineenses que estudam sem bolsas de estudo, apesar de serem incluídos nos regimes especiais de acesso, regularizam as suas situações directamente com as Instituições de Ensino nas quais pretendem estudar, cumprindo os requisitos legais exigidos. Nos cursos de licenciatura e/ou outros equivalente ao primeiro ciclo de ensino superior, a embaixada da Guiné-Bissau normalmente, agiliza o processo de admissão dos estudantes concorrentes que vivem em Portugal, entrando em contacto directamente com Direcção Geral de Ensino Superior para saber de número de vagas e em função dos cursos e das Instituições disponíveis, na qual encarregue dos formulários e eventual anúncio dos candidatos seleccionados.

Os estudantes de pós-graduação dirigem, igualmente, as suas candidaturas directamente às instituições a que pretendem estudar e cumprir as exigências necessárias. Apesar da existência de algumas bolsas de estudo para esses níveis de ensino no quadro de cooperação de Portugal e os PALOP, elas são ainda muito limitadas, pelo que, muitos estudantes que pretendem dar continuidade aos seus estudos preferem custear os seus próprios estudos. Neste caso, candidatam-se directamente às IES nas quais pretendem estudar para se formalizarem as inscrições.

Como referiu a Elisa da Palma Alves (2012), aos estudantes internacionais, neste caso concreto dos estudantes guineenses, que pretendem candidatar-se a uma Instituição de Ensino Superior português é exigido o reconhecimento do nível académico de que o titular tem para depois ser admitido. Este reconhecimento é deliberado pela comissão de reconhecimento de graus estrangeiros com apoio de Direcção-Geral do Ensino Superior. Pode ser solicitado pelo próprio interessado para os devidos efeitos. Ou seja, os estudantes interessados em prosseguir os seus estudos em Portugal devem comprovar que têm o grau académico exigido para a frequência de um determinado curso, caso este estudante tenha feito o grau precedente fora de Portugal.

Para além dos requisitos exigidos a nível do Ministério de Educação e Ciência, há pré-requisitos que cada instituição do ensino superior exige aos estudantes de acordo com as orientações da própria instituição e em função do próprio país em que o estudante estudou anteriormente.

Cabe ao MAI, através do Serviços Estrangeiros e Fronteiras (SEF), controlar as entradas, permanências e saída do país dos estudantes internacionais. Os mecanismos implementados por essa instituição com vista a facilitar o tratamento dos processos documentais dos estudantes internacionais como a renovação dos vistos, atribuição de autorização de residência, resultou na criação do sistema de Interface SEF-Universidades. Um sistema informático que visa facilitar a regularização dos processos documentais dos estudantes internacionais. Ou seja, permite uma certificação simplificada de nacionais de países terceiros no acesso ao ensino superior português. É feito por via de consulta online dos serviços competentes das IES ao SEF a partir da apresentação do passaporte a quando da Matricula. Este processo dispensa os candidatos a se deslocarem ao SEF para obter a documentação que lhes permitem permanecer no país (Alves, 2012).

No fundo, esses acordos interministeriais onde estão implicados directamente o SEF e as IES, nomeadamente o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), visam uma comunicação concertada destas duas entidades no que respeita a agilização dos processos de emissão de vistos, autorização de títulos de residência que facilitem a entrada e permanência dos estudantes internacionais como forma de cumprir com os objectivos do governo no que respeita a internacionalização do ensino superior e o objectivo do segundo plano de integração dos imigrantes.

Chegado a este ponto, vamos definir o que são considerados estudantes internacionais na perspectiva do nosso trabalho. Esses estudantes, na perspectiva de UE, estão enquadrados no contexto de estudantes que não pertencem à União e nem beneficiam de estatuto equiparado aos Estados-Membros, ou seja, são considerados estudantes internacionais.

De acordo com a Elisa Alves (2012, 2013), baseando no entendimento da UE, o “estudante internacional” no ensino superior é “o nacional de país terceiro aceite por um estabelecimento de educação superior e admitido no território do Estado-Membro para frequentar, a título de actividade principal, um programa de estudo a tempo inteiro conducente a obtenção de um título do ensino superior, reconhecido pelo Estado-Membro, nomeadamente um diploma, um certificado ou um doutoramento, podendo abranger um curso de preparação para tais estudos, nos termos da sua legislação nacional” (REM *in* Alves, 2012:13). Neste contexto, o nacional de país terceiro refere-se a pessoa que não faz parte de Estados-Membro da União Europeia. De recordar que há países que não fazem parte de Estados-Membro como a Noruega, Islândia, Liechtenstein e Suíça, não são considerados países terceiros por beneficiarem de estatuto equiparado de Estado-Membro (Alves, 2012:13, 2013). Ou seja, é nacional de país terceiro qualquer pessoa que não seja cidadão da EU e que não beneficie do direito de livre circulação (Alves, 2013:14).

Este perfil de estudantes em que está inserido o grupo-alvo do nosso estudo está disseminado nas IES portuguesas em geral com uma percentagem significativa, com maior representação dos estudantes dos PALOP e Brasil (Alves, 2013). Como foi referido, a presença destes estudantes nas IES portuguesas foi possibilitada graças aos acordos bilaterais e multilaterais entre Portugal e esses países e os protocolos assinados pelas próprias IES. Entre outros motivos que propiciam a escolha de Portugal para o prosseguimento de estudos por esses estudantes, prende-se com a existência de programas comunitários de mobilidade, de intercâmbios entre as diversas instituições envolvidas no país (Alves, 2013:20).

No caso específico em estudo, e em geral os estudantes de CPLP, a língua foi destacada como sendo um património comum e o passado histórico partilhado entre Portugal e esses países, que de alguma forma, foi reforçado pela presença de familiares e/ou amigos com residência já em Portugal (Duque, 2012:7). O autor apontou, no caso dos PALOP, a economia de subsistência, fraca produtividade, desemprego persistente, como também a não abrangência de algumas áreas científicas nas universidades desses países entre outros motivos que propiciam a escolha de Portugal para o prosseguimento de estudos por estes estudantes.

De acordo com os dados apresentados por Alves (2013), no horizonte temporal de cinco anos entre 2006 a 2011 o número dos estudantes internacionais aumentou de 18000 que representou 4,9% de total dos estudantes inscritos no ensino superior português em 2006/07 para 22000 em 2010/11 representando 5,5% de total dos inscritos no ensino superior em Portugal (Alves, 2013:20). Apesar de decréscimo moderado no número dos estudantes angolanos, Angola constitui o país de PALOP com maior percentagem de estudantes internacionais seguido de Cabo-Verde e Moçambique. Do outro lado, Brasil é o país com maior representatividade dos estudantes internacionais em Portugal (Alves, 2013). Considero que o decréscimo dos números angolanos poderá ser explicado pelo crescimento económico verificado no país na última década, o aumento das instituições de ensino superior em Angola e as suas respectivas diversificações de ofertas formativas nas demais áreas de formação que, de alguma forma, reduziu a procura de formação em Portugal como também a abertura das universidades brasileiras aos estudantes africanos particularmente os de PALOP.

1.3 Estudantes internacionais no ISCTE-IUL

1.3.1 Medidas de integração

O ISCTE-IUL é uma das IES que recebe quantidade dos estudantes internacionais através de vários programas de mobilidade dos estudantes, dos investigadores e docentes universitários, fruto de vários acordos estabelecidos por Portugal e a própria instituição com os demais países fora da EU. Ele tem mais de 350 acordos de cooperação bilateral com outras IES, participa em vários programas de

mobilidade dos estudantes, professores e investigadores, onde envia e recebe estudantes de diversos países (Alves, 2013).

De acordo com a Alves (2013), no ano lectivo 2012/2013, os estudantes internacionais inscritos no ISCTE-IUL era 1300 alunos, maioritariamente no 2º e 3º ciclo, representam nestes últimos anos mais de 10% do total dos estudantes da instituição. Esse estudo revelou de que a escolha do ISCTE-IUL deve-se ao seu prestígio, qualidade do ensino, a sua posição no ranking e o preço das propinas, (Alves, 2013:33). A autora estudou os estudantes internacionais nas IES em particular, focalizando-se nos estudantes brasileiros, cabo-verdianos e angolanos no ISCTE-IUL.

As medidas internas de integração dos estudantes internacionais parecem estar mais ligadas aos estudantes em mobilidade. Ou seja, os estudantes de programas de intercâmbio, ERASMUS, etc, são os privilegiados no que respeita as medidas internas de integração, parecendo deixar de lado os outros estudantes, nomeadamente, os estudantes oriundos dos países PALOP.

Os estudantes dos PALOP, apesar de serem considerados estudantes internacionais segundo o entendimento de UE, e apesar de alguns beneficiarem dos privilégios de acordos de cooperação, parecem não beneficiar de qualquer forma de acolhimento especial que normalmente são proporcionados aos estudantes de programas de ERASMUS ou de intercâmbios que ali frequentam programas formativos, dos estudantes em mobilidade. Aliás, são, de qualquer forma, “vítimas” do sistema e das políticas de integração dos estudantes. Essas políticas são resultantes do II Plano para Integração dos Emigrantes com que o Estado português manifestou-se comprometido com o fenómeno no qual elaborou várias medidas que visam melhorar a situação dos estudantes estrangeiros e descendentes dos emigrantes.

Nos escritos de Alves (2012:26), percebe-se claramente que os estudantes universitários dos PALOP, não são abrangidos nas medidas e políticas de integração para os estudantes do ensino superior. Ou seja, essas medidas não são dirigidas directamente ao ensino superior, apesar de ser ponderada as suas aplicabilidades nas IES.

A preocupação com a integração social dos cidadãos de países terceiros, nomeadamente nos direitos e deveres de educação, constitui um dos objectivos traçados pelo XIX governo constitucional (Alves, 2012). As estratégias adoptadas pelos referidos programas que visam a integração dos estudantes estrangeiros são viradas as instituições escolares básicas e secundárias, sendo que os universitários, que são o objecto do nosso estudo não são contemplados com essas medidas de apoio a integração social.

Sabe-se que existem programas de acolhimento dos estudantes em mobilidade no ISCTE-IUL em duas dimensões: a *socialização* que visa a recepção dos estudantes no aeroporto e facultar as primeiras informações necessárias que não constam no Site da instituição. A outra dimensão refere-se a

academização, que consiste em conhecimento interno da instituição e que procura fornecer aos estudantes informações sobre o funcionamento da instituição, estabelecimento dos contactos com delegados de turma, professores e coordenadores de ano (Alves, 2013:43). Dito de outro modo, os estudantes, antes de chegarem a Portugal, já é criada uma comissão de recepção que os vá buscar no aeroporto e depois, são apresentados a instituição e são facultados as primeiras informações a respeito do seu funcionamento (do curso, dos professores e os coordenadores).

Ainda segundo a mesma autora, são criadas as comissões de acolhimento¹ e acompanhamento durante os primeiros momentos de chegada ao país e ao ISCTE-IUL.

1.3.2 Presença dos estudantes guineenses

Serviu-se dos dados estatísticos dos estudantes guineenses no ISCTE-IUL por um horizonte temporal de 10 anos (de 2005 a 2015) para perceber a variação dos fluxos dos estudantes guineenses no ISCTE-IUL. Estes dados foram disponibilizados pelos Serviços Académicos da instituição que graças a eles permitiram-nos fazer um mapeamento do percurso dos estudantes guineenses dentro da instituição.

Pretende-se neste ponto, analisar a dimensão e a variação do fluxo dos estudantes guineenses no ISCTE-IUL nos últimos 10 anos. Como foi anteriormente referido, a percentagem dos estudantes guineenses nas IES em Portugal quando comparada com os países do PALOP nomeadamente, Angola e Cabo-Verde, é menor. De acordo com os dados fornecidos pelos Serviços Académicos do ISCTE-IUL, num horizonte temporal de 10 anos (de 2005 a 2015), os estudantes guineenses inscritos nessa instituição têm vindo a crescer progressivamente, não obstante um ligeiro abrandamento nos últimos dois anos (ver o quadro 1). O maior crescimento deste período em análise foi nos anos lectivos de 2011 à 2013, coincide-se com o período “dourado” que o país viveu (antes de golpe do estado de 12 de Abril de 2012). Período esse em que o país se encontrava em normalidade constitucional com um governo legítimo e o presidente eleito democraticamente antes de mergulhar na crise política institucional.

Neste período o país encontrava-se em normal funcionamento das instituições e a economia estava a normalizar, fazendo com o governo fosse capaz de cumprir com as suas obrigações para com os funcionários públicos, pagando a mensalidade dos salários e a cooperação e a relação com a comunidade internacional não eram ainda suspensas.

Essa situação até parece estranha por ser uma obrigação do Estado nos países onde as instituições funcionam regularmente sem interrupções por motivos de golpes de Estado, isto é, nos países cuja democracia é consolidada. Mas para a Guiné-Bissau, onde a democracia é ainda jovem e a frágil economia dependente dos apoios externos, o pagamento dos salários constitui em parte, um bom desempenho do governo e como consequência, os servidores do Estado poderão ter o excedente económico para execução dos seus projectos, como por exemplo, pagamento dos estudos dos filhos.

1- Não se encontrou na experiência dos alunos entrevistados a referência a este acolhimento, o que indica que no caso dos alunos de PALOP este aspecto terá sido descurado. 12

O total dos estudantes inscritos neste período em análise em todos os três ciclos de estudo é de 338, em que a representação masculina é maior (243), representando 71,8% e a representação feminina é de 95 estudantes, correspondendo 28,2%.

Quadro 1- Número dos estudantes guineenses no ISCTE-IUL de 2005 à 2015

Ano lectivo	Sexo		Total
	M	F	
2005-2006	16	5	21
2006-2007	13	3	16
2007-2008	15	4	19
2008-2009	20	6	26
2009-2010	21	10	31
2010-2011	19	10	29
2011-2012	37	17	54
2012-2013	42	17	59
2013-2014	30	10	40
2014-2015	30	13	43
Total	243	95	338

Fonte: Serviços Académicos ISCTE-IUL (2015)

Ao olharmos para os três ciclos de estudo, vê-se a maior representação dos estudantes inscritos no primeiro ciclo de estudo no total de 214 inscritos (63,3%), no segundo ciclo de estudo esse valor é de 114 inscritos que representa 33,7% e no terceiro ciclo o valor é de 2,9 pontos percentuais correspondente aos 10 estudantes inscritos. (ver gráfico 1).

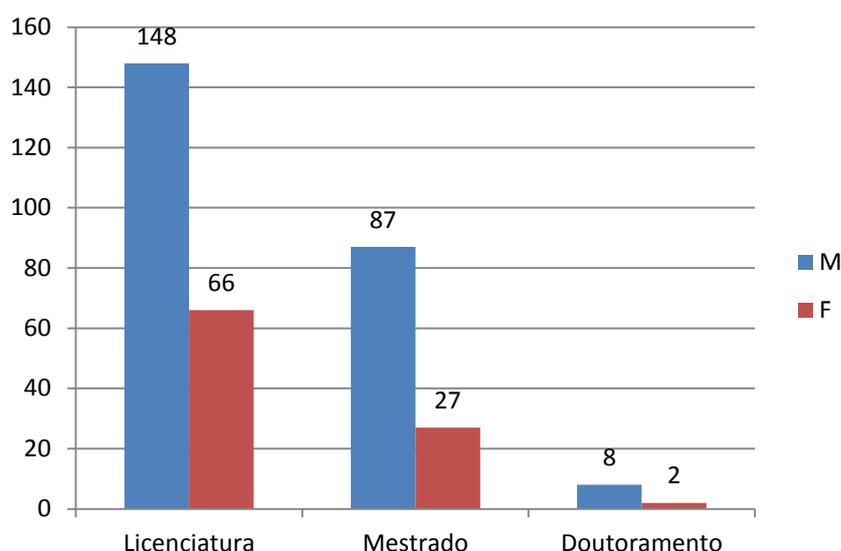


Gráfico 1 - Total dos estudantes guineenses inscritos nos 3 ciclos por sexo (2005 à 2015)

Fonte: Serviços Académicos ISCTE-IUL (2015)

Apesar da clara disparidade percentual na representação de género nos referidos estudantes segundo os dados em análise, cuja representação masculina em todos os ciclos de estudo é de 71,8% e a feminina é de 28,1%, essa percentagem feminina subiu para 30,8% na licenciatura contra 69,1% do sexo masculino.

Já nos níveis do segundo e o terceiro ciclo a percentagem feminina continua a baixar substancialmente em detrimento dos homens. Os homens representam 76,3% contra os 23,6% das mulheres no Mestrado e no Doutoramento essas percentagem é de 80% dos homens contra 20% das mulheres. Ou seja, a medida que os níveis de estudo se elevam, baixa-se a percentagem da representação feminina.

Os números dos estudantes guineenses inscritos nos três ciclos de estudo no ISCTE chegaram 54 no ano lectivo 2011/2012 e 59 no ano lectivo 2012/2013, valores nunca atingidos nos últimos 10 anos.

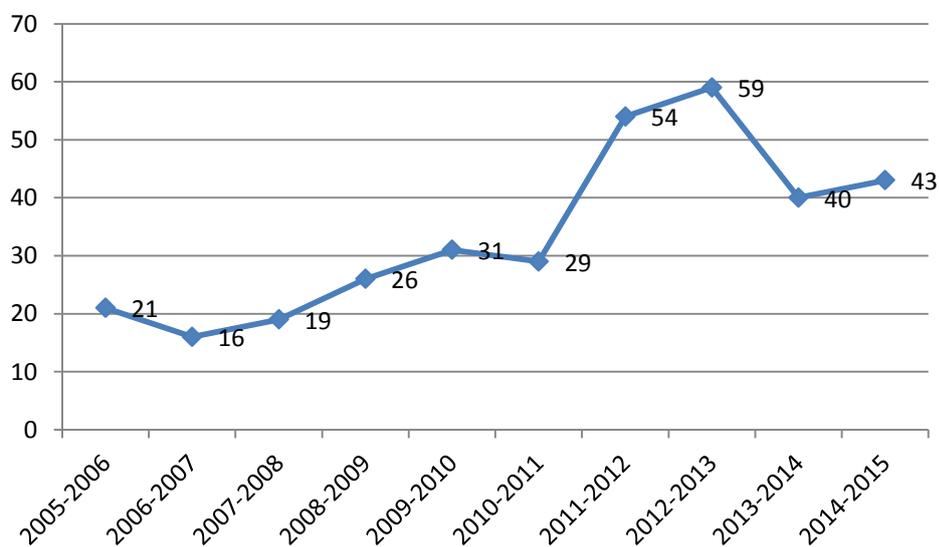


Gráfico 2- Número de estudantes guineenses inscritos no ISCTE de 2005 à 2015

Fonte: Serviços Académicos ISCTE-IUL (2015)

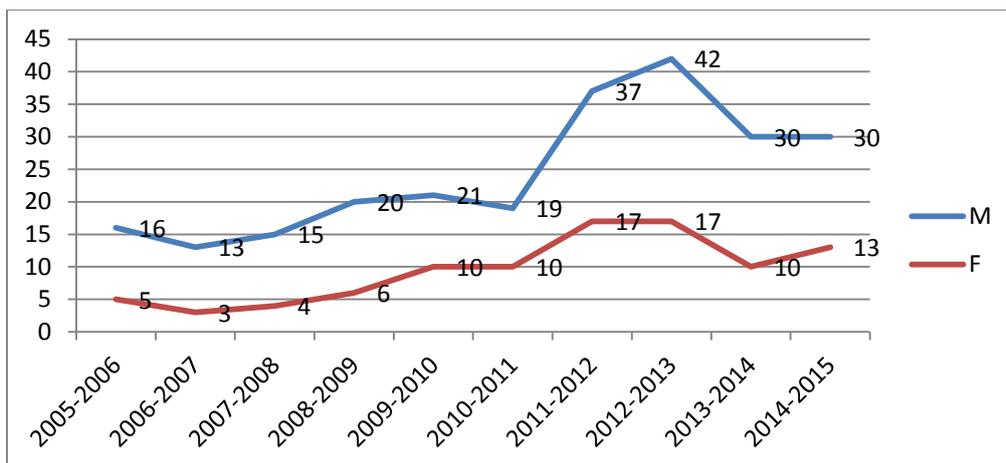


Gráfico 3- Número de estudantes guineenses inscritos no ISCTE de 2005 à 2015 por sexo

Fonte: Serviços Académicos ISCTE-IUL (2015)

As áreas de estudo mais procuradas por esses inscritos a nível do primeiro ciclo são: a Sociologia, Economia, Informática e Gestão, Psicologia, Ciência Política.

A nível do segundo Ciclo, as áreas de estudo mais procuradas por esses estudantes inscritos são Estudos Africanos, Economia, Gestão, Tecnologia de Informação, e Estudos de Desenvolvimento.

No que refere ao terceiro ciclo, as áreas de estudo mais procuradas são: Finanças e Estudos Africanos. É neste nível de ensino que há menor representatividade dos estudantes guineenses nesta instituição de ensino. O grau no qual não teve nenhuma frequência desde o ano lectivo 2005/2006 até 2009/2010, sendo que em 2010/2011 havia uma inscrição no curso de doutoramento em Finanças.

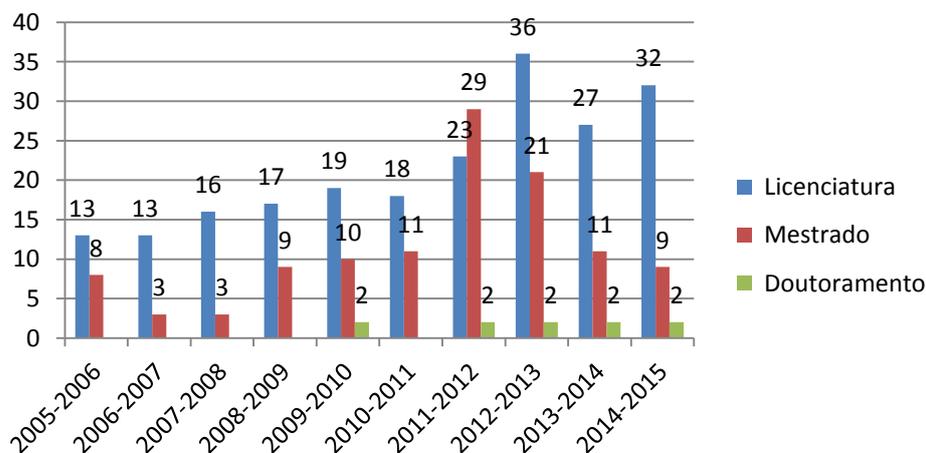


Gráfico 4- Número dos estudantes guineenses no ISCTE-IUL nos 3 ciclos de estudo de 2005 à 2015

Fonte: Serviços Académicos ISCTE-IUL (2015)

2- METODOLOGIA

De acordo com os objectivos do estudo (ver introdução), foi definida uma estratégia metodológica em que a recolha de informações se baseou na técnica de entrevista semiestruturada com um guião previamente estruturado com os temas a abordar. Foram entrevistados 15 estudantes a nível dos cursos da licenciatura no ISCTE-IUL, sendo 10 de sexo masculino e 5 de sexo feminino. As entrevistas decorreram maioritariamente no ISCTE-IUL (12 entrevistas), e as outras foram realizadas nos bairros dos entrevistados devido a falta de tempo dos mesmos. Utilizou-se a técnica de “bola de neve” para a localização dos entrevistados.

À medida que foram realizadas as primeiras entrevistas, os próprios entrevistados passaram a facilitar a localização de outros entrevistados. Mesmo assim, procurou-se tentar equilibrar o factor género, não obstante a diferença, como também se procurou abranger a diversidade de cursos.

Não foi pré-estabelecido o número dos estudantes a entrevistar. À medida que as informações foram sendo recolhidas, chegou-se ao ponto em que o condicionante tempo não permitiu prosseguir com mais entrevistas, sentiu-se a necessidade de encera-las por forma a prosseguir com o trabalho.

Foram entrevistados 10 rapazes e 5 raparigas de faixa etária compreendida entre 21 a 33 anos de idade de diferentes escolas, cursos e anos curriculares. A maioria dos entrevistados entrou nesta instituição nos anos de 2011 a 2012 com excepção de uma que entrou em 2009. Dos 16 cursos de licenciatura existentes no ISCTE-IUL, os nossos entrevistados estão distribuídos nos 8 cursos de diferentes escolas: Finanças e contabilidade (2), Engenharia Informática (3), Ciência Política (3), Engenharia de Telecomunicação e Informática (2), Gestão de Recursos Humanos (1), Economia (2), Psicologia (1) e Sociologia (1). Destes estudantes, 3 deles estão no 1º ano curricular, 5 deles estão no 2º ano curricular e 7 deles estão no 3º ano curricular. No que respeita as suas distribuições por escolas, 3 são de Business School, 4 são da Escola de Sociologia e Políticas Públicas, 3 são de Escola de Ciências Sociais e Humanas e 5 são de Escola de Tecnologia e Arquitectura.

QUADRO 2- Caracterização dos entrevistados

Nome Fictício	Sexo	Idade	Curso	Ano Curricular	Ano entrada no ISCTE
Caraxe	M	22	Finanças e Contabilidade	1º	2013
Bubaque	M	23	Engenharia Informática	3º	2011
Orango	M	24	Ciência Política	2º	2011
Maio	M	28	Engenharia de Telec. e Informática	2º	2011
Uno	M	29	Engenharia Informática	3º	2009
Bolama	F	25	Gestão de Recursos Humanos	1º	2014
Caravela	F	25	Finanças e Contabilidade	2º	2012
Formosa	F	21	Ciência Política	3º	2012
Canhabaque	M	32	Economia	3º	2012
Onhucum	M	22	Engenharia Informática	2º	2012
Soga	F	33	Psicologia	3º	2011
Rei	M	27	Sociologia	2º	2011
Oracan	F	23	Economia	1º	2013
Orangozinho	M	23	Engenharia de Telec. e Informática	3º	2012
Rubane	M	26	Ciência Política	3º	2012

3- ESTUDANTES GUINEENSES NO ISCTE-IUL

3.1- A emigração para Portugal: motivações, condições e apoios

Os estudantes entrevistados vieram directamente da Guiné Bissau, à excepção de um aluno que passa pela frequência de uma universidade na Rússia.

A maior parte deixou o país de origem por motivos de agrupamento familiar (7 entrevistados), ou seja, já têm familiares a viver em Portugal. Um outro considerável número desses entrevistados (6), veio especificamente por motivos de estudo em que deste número, três deles aproveitaram o facto de terem familiares a viver em Portugal para continuar os estudos. Uma outra parcela (2 entrevistados) veio por motivos de saúde através de junta médica. Ou seja, para além de terem o objectivo de estudar, uma parte dos jovens veio para Portugal para resolver problemas de saúde, os outros para se juntar a famílias que já cá residiam.

“Eu vim porque tinha problemas de saúde. Tinha forte dores de cabeça e a minha Mãe achou que eu devia vir cá para saber o que se passava. Feito o tratamento passou a dor. De vez em quando, sinto, mas não tanto. A minha Mãe decidiu que eu continuasse a estudar cá. Então, fui ao secundário, fiz 12. Depois entrei para faculdade através de regime especial da embaixada.” (Formosa, 3º ano, Ciência Política).

“Estou a estudar cá em Portugal porque tenho cá familiar, eu vivo com a minha Mãe. Vim viver com a minha mãe e estudar. Fiz 11º ano na Guiné e depois vim e fiz 12º ano aqui.” (Bolama, 1º ano, Gestão de Recursos Humanos).

“Estou aqui porque desde que conheci-me o meu pai já era emigrante, e ele sempre me incentivava a estudar. Assim que eu terminei o 11º ano lá na Guiné, vim logo para aqui”. (Maio, 2º ano, Engenharia de Telecomunicação e Informática).

Apesar de a maioria ter terminado o secundário na Guiné, uns até entraram a universidade no país de origem (2 entrevistados), outro ter feito o ensino médio (1 entrevistado), grande maioria (13 entrevistados) teve que estudar o 12º ano cá em Portugal para depois entrar no ensino superior. Um dos entrevistados fez o 12º ano na Rússia e teve que pedir a equivalência no ISCTE-IUL e entrou directamente para o curso.

Quadro 3- Motivos de vinda para Portugal

Nome Fictício	Sexo	Ano de chegada a Portugal	Feitura de 12º ano	Motivo de Vinda	Agregado doméstico	Apoio financeiro
Caraxe	M	2012	Portugal	Estudo	Irmã	Irmã
Bubaque	M	2008	Portugal	Estudo	Prima	Prima
Orango	M	2010	Portugal	Estudo	Sozinho	Pais
Maio	M	2010	Portugal	Agregado Familiar	Pais	Pais
Uno	M	2007	Portugal	Agregado Familiar	Primos	Pai
Bolama	F	2008	Portugal	Agregado Familiar	Mãe	-
Caravela	F	2008	Portugal	Agregado Familiar	Pais	Pais/ISCTE
Formosa	F	2011	Portugal	Saúde	Mãe	Mãe/ISCTE
Canhabaque	M	2011	Rússia	Agregado Familiar	Pais	Pais
Onhucum	M	2011	Guiné	Estudo	Mãe	Mãe
Soga	F	2006	Portugal	Saúde	Sozinha	Marido
Rei	M	2010	Portugal	Estudo	Irmãos	-
Oracan	F	2008	Portugal	Agregado Familiar	Pai	Pai
Orangozinho	M	2009	Portugal	Agregado Familiar	Pais	Pais
Rubane	M	2008	Portugal	Estudo	Sozinho	ISCTE

Grande parte desses estudantes acedeu o ensino superior português através da Embaixada da Guiné-Bissau (12 entrevistados) mediante o protocolo de acordo entre a Embaixada e a Direcção Geral do Ensino Superior de Portugal e os outros entraram por via de equivalência feita, submeteram-se aos exames nacionais de acesso ao ensino superior (2 entrevistados).

No que respeita ao agregado familiar, 12 dos entrevistados vivem com os familiares (Pais, Pai/Mãe, Irmão/Irmã, Primo/Prima), 3 deles vivem sozinhos. Dos que vivem sozinhos, a única que é casada beneficia do apoio financeiro do marido que vive na Guiné, o outro beneficia igualmente, do apoio do pai no país de origem. A grande maioria beneficia do apoio financeiro da família (12 entrevistados), sendo 9 deles são apoiados pelos pais e os outros são apoiados pelos primos/as e irmãos/as. Dos 15 entrevistados, 4 deles são trabalhadores ao tempo inteiro. Todos são estudantes por conta própria, ou seja, estão a estudar sem bolsa de estudo, custeando todas as despesas inerentes aos seus cursos.

No total dos entrevistados, 3 deles dizem ter beneficiado dos apoios dos Serviços de Acção Social do ISCTE-IUL mediante a colaboração institucional que consiste em prestação de serviços no ISCTE-IUL e o valor a receber reverte-se directamente para a liquidação da parte da propina. Um dos entrevistados que também beneficia desta colaboração institucional confirmou ser a principal fonte do seu rendimento, sendo que é chamado frequentemente para esse serviço e não dispõe de outro emprego.

3.2 A entrada no ISCTE-IUL: motivos de escolha e acolhimento institucional

A escolha do ISCTE-IUL deveu-se a um conjunto de variado de razões onde se destaca a representação positiva da instituição e do curso dado o seu prestígio, credibilização, e internacionalização. A localização geográfica do ISCTE-IUL também foi uma das razões de escolha para os outros bem como o preço da propina praticada.

“Escolhi o ISCTE porque é uma instituição público-privada, posso assim dizer. Escolhi o ISCTE porque está no centro, escolhi o ISCTE por causa das propinas que são baratas. Escolhi o ISCTE também por causa da credibilidade da universidade.” (Rei, 2ºano, Sociologia).

Eu conheci o ISCTE antes de entrar cá. A Mãe de um colega trabalha cá, e oferecia ao filho convite para participar nas festas e nós amigos vínhamos cá. Foi daí que eu conheci o ISCTE. Gostei bastante e quando candidatei, eu pus ISCTE, ISCTE, ISCTE, risos.” (Bubaque, 3º ano, Engenharia Informática).

“Eu vim para o ISCTE devido ao curso e o horário das aulas. Como eu trabalho de manhã e aqui, o 1º ano é as 13:05, deu mais para vir para aqui em termos do horário e acaba por ficar mais perto de onde eu moro” (Bolama, 1º ano, Gestão de Recursos Humanos).

“Inicialmente não era para vir para o ISCTE era para ir para um curso de medicina, assim... mas no 12º ano vi que isso não era para mim, então pensei na área económica e foi assim que escolhi o ISCTE. Sempre ouvi falar muito bem do ISCTE, pronto.” (Oracan, 1º ano, de Economia).

Os nossos entrevistados não beneficiaram de qualquer forma de acolhimento em específico por parte da instituição como normalmente são acolhidos os outros estudantes nomeadamente, os de ERASMUS e os de intercâmbio que são devidamente recebidos e facilitados os primeiros contactos e o conhecimento da instituição.

Alguns consideram ter sido apoiados no momento de chegada pelos serviços académicos e os serviços de informática, outros procuraram conhecer a instituição e o seu funcionamento pelos esforços próprios e os outros consideraram importante a ajuda dos colegas estudantes, informações dos professores e informações no site da universidade para conhecerem o funcionamento da instituição e terem acesso às informações necessárias.

“O pessoal dos serviços académicos foi sempre prestativo, deram-me todas as informações e também, eu procuro sempre informações. Sempre que tivesse dúvidas ia lá e esclareciam – me as dúvidas... Ajudaram-me muito até na escolha das cadeiras” (Canhabaque, 3º ano, Economia).

“Foi nos serviços académicos...quando cheguei lá, informei da minha origem e como cheguei lá, pronto... a senhora indicou-me mostrando alguns serviços. Mostraram-me como fazer consultas, sobre o meu horário e a minha página.” (Onhucum, 2º ano, Engenharia Informática).

“Na primeira vez, foi complicado. Mas um colega meu informou-me de que há uma sala em que explica por exemplo, sobre os credenciais para o Fénix e o E-learning. Fui lá e deram-me os credenciais e explicaram-me como entrar e até agora uso os mesmos.” (Uno, 3º ano, Engenharia Informática).

Apesar de não terem beneficiado de um acolhimento institucional igual aos outros estudantes de ERASMUS, 3/15 tiveram boa impressão da forma como foram recebidos nos primeiros momentos da chegada, 8/15 tiveram boa impressão da forma como foram acolhidos pelos colegas de turma relativamente aos apoios prestados.

“O acolhimento para mim foi bom. Quando saiu a lista dos seleccionados vim e confirmei a matrícula, e, comecei as aulas. Fui tratado como os outros alunos que também entraram. Nos 1ºs dias não foi nada fácil, nas primeiras semanas... tive que pedir apoio aos meus colegas de turma que também foram simpáticos comigo, me apoiaram. Fui claro que era uma que nunca utilizei, por isso vou contar com eles no que for. Assim, comecei-me a habituar e a fazer coisas com eles e depois passei a fazer sozinho.” (Caraxe, 1º ano, Finanças e Contabilidade).

Da outra margem de opinião, 3/15 tiveram má impressão da forma como foram os primeiros momentos a quando da chegada no ISCTE-IUL, alegando a ausência de apoio e orientação nos primeiros momentos de acesso.

“Já perdi aulas por falta de conhecimento de sala, sempre deparei com essas dificuldades, ou seja, não sabia como entrar no Fénix... mesmo no início a quando da inscrição, dei tantas voltas para saber onde e como inscrever-me...Tens é que procurar para saber onde é. Como sabemos que o ISCTE é grande e uma pessoa nova, a dificuldade é maior.” (Formosa, 3º ano, Ciência Política).

“Já me escaparam muitas oportunidades porque no 1º ano não sabia como é que isso funcionava, só depois através do meu esforço para procurar onde é que isto é, como é se faz isto... a perguntar, era eu... consegui-me integrar aqui no ISCTE.” (Rubane, 3º ano, Ciência Política).

Apesar de algumas contestações relativamente a forma como os estudantes foram acolhidos no momento de chegada ao ISCTE-IUL, pode-se dizer que, em traços gerais, a maioria considera ter sido bem acolhida tanto pela própria instituição como pelos colegas de estudos e de turma.

Convém salientar de que nos entrevistados 4/15 participaram nas actividades de praxes académicas. Essas actividades não só permitiram o conhecimento da instituição como o estabelecimento de

primeiras interações e o alargamento de redes sociais de amizade. Tiveram oportunidades de conhecer novas pessoas que em parte, propiciaram a adaptação ao ambiente universitário.

“O acolhimento? Só se for dos colegas e amigos. Eu fui praxado, então aproveitei fazer amizades e consegui entrar mesmo no sistema... depois da praxe, consegui integrar no ambiente, digamos assim...” (Bubaque, 3º ano, Engenharia Informática).

“ Eu fui bem acolhida nas praxes, a maior parte dos meus colegas que também entraram em 2013 participaram nas praxes, então, houve uma aproximação... fizemos imensos jogos para nos conhecermos e por de traz desses jogos havia uma mensagem, eu aprendi muitas coisas, por exemplo, a união, entreaajuda, o companheirismo... esses três anos que vou estar aqui no ISCTE eu vou precisar de ajuda, vou precisar do apoio dos meus colegas, há momentos que eu vou estar em baixo, eles vão estar cá para me apoiar, foi uma dessas coisas que eu aprendi aqui no ISCTE.” (Oracan, 1º ano, Economia).

“Quando vim cá, fiz a matrícula, entrei. Como eu já conhecia duas raparigas que estavam cá, vim de manhã para ver como era a situação da praxe. Quando vim fui a praxe e gostei imenso. As pessoas trataram-me muito bem, normalmente, já estudei, passei de escolas para escolas mas nunca senti o acolhimento que senti aqui.” (Caravela, 2º Ano, Finanças e Contabilidade).

3.3- A vida académica: estabelecimento de relações

Tal como apontaram vários estudos sobre os estudantes em transição para o ensino superior e em particular os estudantes internacionais, quando confrontados com a nova realidade, geralmente, constitui problema no início, associado ao facto da transição do ensino secundário para o universitário, ser problema comum a todos os estudantes independentemente de ser ou não estrangeiro e onde quer que esteja. Os nossos entrevistados não fugiram a essas regras. Não esconderam as dificuldades com que depararam principalmente, nos primeiros momentos da entrada na universidade. Essas dificuldades foram sentidas de formas diferentes sendo que, alguns foram mais e outros menos afectados como pode-se constatar nas suas próprias declarações.

“Nos 1ºs dias não foi nada fácil, nas primeiras semanas... tive que pedir apoio aos meus colegas de turma que também foram simpáticos comigo, apoiaram-me” (Caraxe, 1º ano, Finanças e Contabilidade).

“Para mim foi muito difícil...na fase da integração, assim, não tenho boas coisas para dizer. Não havia ninguém para orientar, eu é que tinha que ir para ali, não havia pessoas de boa vontade que

vinham dizer... epa... esses são novatos, temos que mostrar isto aqui, se quiser tratar disto, é aqui. Não... fui eu sozinho a perguntar, eu quero fazer isto.” (Rubane, 3º ano, Ciência Política).

As dificuldades apontadas pelos entrevistados no início do primeiro ano foram o desconhecimento da instituição, a complexidade do espaço que, muitas das vezes impossibilita a localização de salas de aulas que mudam frequentemente em função de cada unidade curricular. O desconhecimento do funcionamento da instituição bem como a utilização de ferramentas de apoio ao estudo (os sistemas de Fénix e E-learning). Acesso a esses recursos foram para alguns dos entrevistados as dificuldades sentidas.

Apesar da simpatia manifestada por alguns dos nossos entrevistados por parte dos seus colegas estudantes, procuramos perceber a forma como se processam o relacionamento e estabelecimento de amizades com os colegas.

No que respeita ao relacionamento com os colegas estudantes, os nossos entrevistados dividiram-se de opiniões, apesar de a maioria (12/15) ter tido boa impressão do seu relacionamento com os colegas estudantes, há um reconhecimento de dificuldades no estabelecimento de amizade nos primeiros momentos por parte de alguns entrevistados. Este aspecto poderá ser explicado pela personalidade individual de cada estudante em função das circunstâncias em que se encontra.

“A minha relação com os colegas de turma é boa, é de amigos. Sempre, mostraram-se disponíveis para me acolher e também, mostraram carinho, atenção em tudo que eu precisava.” (Onhucum, 2º ano, Engenharia Informática).

“É um bom relacionamento, alguns são mais próximos e alguns são pessoas de idade, temos que ponderar certas coisas... mas no geral é um bom relacionamento.” (Rei, 2º ano, Sociologia).

“Foi uma das piores turmas que encontrei desde que comecei a estudar. Não tenho boa relação, não tenho amigo na turma para dizer que este é o meu amigo assim...” (Rubane, 3º ano, Ciência Política).

Esta última declaração demonstra a clara desilusão deste entrevistado para com os seus colegas de turma, alegando que a referida turma é das piores que alguma vez encontrou.

Uns consideram ter melhores relacionamento com os conterrâneos ou os colegas de PALOP do que propriamente os Portugueses, alegando o aspecto de terem sido da mesma origem.

“A relação é mais com os PALOP mas também é com os colegas da turma. Posso dizer 40%. Há pessoas que tu conheces desde o 1º ano segues com essas pessoas e há os que vais conhecer os de 2º ano que só se cumprimenta assim...” (Uno, 3º ano, Engenharia Informática).

“Eu relaciono-me com diversas nacionalidades, neste caso dou-me mais com os guineenses porque é a minha origem mas também dou-me bem com os portugueses, cabo-verdianos, angolanos, e também com estrangeiros, caso de alemães e Ingleses” (Orango, 2º ano, Ciência Política).

Há quem consiga estabelecer amizades com grande facilidade e há quem faz ao contrário. No caso dos nossos entrevistados, alguns tiveram essas dificuldades por motivos de carácter pessoal, autofechamento, complexidade, dificuldades de comunicação.

“Nos primeiros momentos, não foi fácil estabelecer relações com os colegas, ficava isolado, sentia-me sozinho, eu era tímido” (Caraxe, 1º ano, Finanças e Contabilidade).

“O meu 1º ano foi zero. Tanto amizades, seja o que for....Não tinha nada... tinha muita dificuldade de integrar. Passei dificuldades enormes, isolava-me sozinho” (Maio, 2º ano, Engenharia Informática).

O resto dos entrevistados (3/15) considera ter má impressão quanto ao seu relacionamento com os colegas estudantes por considerarem os seus congéneres portugueses de fecharem-se a si próprios não querendo abrir aos outros. Esses estudantes consideram relacionar-se mais com os seus conterrâneos e os colegas de PALOP, não obstante ao reconhecimento de existência de amizade com algum número reduzido de colegas portugueses.

“Não tenho boa relação com os colegas, não tenho amigo na turma para dizer que este é o meu amigo assim... não. Estou lá sozinho no meu canto, a fazer as minhas coisas sozinho e pronto... não tenho tido ajuda de ninguém. Não é que eu não quero, eles é que não dão confiança, ninguém mostra a vontade... já fui ter com eles, ninguém mostra aquela vontade e pronto acabei por desistir... não vou correr a traz de alguém” (Rubane, 3º ano, Ciência Política).

Do outro lado oposto das opiniões, alguns consideram o relacionamento com os colegas de fantástico e que a experiência ficou para recordar por toda vida, em parte, devido ao universo de diversidade cultural vivido particularmente, no ISCTE-IUL que faz dele não só um espaço de produção e de transmissão de conhecimento, mas também um espaço de partilha e de aprendizagem cultural.

“Uma coisa que eu admiro do ISCTE é que aqui tem várias culturas. Aqui tem tudo de um pouco. Eu acho que é uma coisa muito boa que os alunos devam aproveitar conhecer a cultura de cada um. Isso é uma coisa que o ISCTE podia explorar mais para conhecer cultura de cada um de nós.” (Caravela, 2º ano, Finanças e Contabilidade).

“Uma das coisas positivas aqui no ISCTE é a diversidade cultural, tipo aprendemos uma coisa com cada cultura, sei dizer uma palavra em chins, por exemplo, já sei dizer “Nihao” que é “ola”, “Zaatchin” que é “adeus”, “Chie-chien”, “obrigado”, “nichao” “chamo-

me”... risos...aprendi muitas coisas com os meus colegas, risos, é giro e interessante.”
(Oracan, 1º ano, Economia).

Há quem considere o relacionamento entre os estudantes uma oportunidade para o conhecimento de nova cultura, nova experiência, espaço de estabelecimento de novas amizades e que não deve ser um espaço de espécie de segregação entre os africanos ou entre os guineenses, aliás, este facto foi apontado por um dos nossos entrevistados como sendo características dos guineenses, o facto de gostarem de juntar e falar o crioulo em vez do português. Uns consideram o ISCTE-IUL um espaço adequado para o intercâmbio cultural, de troca de experiências, espaço de aprendizagem da nova cultura tendo em conta a diversidade do seu universo estudantil.

A aproximação aos estudantes nativos, pode de alguma forma, proporcionar vantagens aos estudantes estrangeiros no processo de adaptação a universidade e a sua consequente integração universitária. A interacção e a convivência com os nativos facilitam o aperfeiçoamento linguístico que pode superar as dificuldades expressivas de comunicação.

“Eu Acho uma coisa que é também mau, e que nós africanos fazemos muito, e que se vê, é que os africanos gostam muito de se juntar a parte. Isso não é bom, e eu nunca gostei. Nós temos que ir a procura dos outros para trazer alguma coisa nova. Quando juntamos agente só fala crioulo.”
(Caravela, 2º ano, Finanças e Contabilidade).

“Tive um bom ensino, na escola católica onde o português era obrigatório. Mesmo assim... quando cheguei cá, pensei que não sabia falar Português. Mas depois comecei a ver TV e sair com amigos, isso facilitou-me bastante. Fiz amizade com portugueses e foi fácil. Quem sai da Guiné para cá e continuar no circuito dos guineenses só, terá problemas do português. Eu, não. Comecei a sair com os colegas portugueses. Aprendi uma lição de que num país estrangeiro para aprender a língua é procurar amizade com os naturais daquele país.” (Bubaque, 3º ano, Engenharia Informática).

No que respeita ao relacionamento com os professores, há uma clara maioria que considera o relacionamento com os professores de bom. As características atribuídas a eles são de bons, disponíveis, prestativos, que ajudam. Uns até consideram os professores de superar o limite das suas competências em ajudar os estudantes.

“A minha relação com os professores tem sido boa, na medida em que têm –se mostrado disponíveis para com os meus problemas e as minhas dúvidas quando vou la, eles disponibilizam-se para me ajudar ate para alem daquilo que é o trabalho da faculdade. Não acho que uma faculdade com os professores com mil e uma cenas para fazer, com trabalhos para investigar, teriam tempo para os estudantes assim...” (Orangozinho, 2º ano, Engenharia de Telecomunicação e Informática).

“No 1º ano não conheci o nome de nenhum professor, só na segunda matrícula que me informaram de que posso pedir explicações extras ao professor mandando-lhe e-mail e ir lá tirar dúvidas. Foi a partir daí que fiquei a conhecer todos os casos. Basta ter dificuldades numa cadeira ia tirar dúvidas” (Maio, 2º ano, Engenharia de Telecomunicação e Informática).

Posto isso, uma percentagem ainda que inferior (3/15) considera que nem todos os professores são acessíveis ou disponíveis, apesar de reconhecerem de que alguns ou a maioria deles são disponíveis em poder dar apoio necessário ao aluno.

“Há bons professores, muito compreensíveis, muito atenciosos, sempre estão disponíveis... mas há outros que para mim não são bons professores. Não incentivam alunos, explicam muito mal, não sabem falar com os alunos. Cruzei-me com muito bom professores, compreendem que temos dificuldades, que o nosso sistema de ensino é diferente, que a adaptação é difícil” (Canhabaque, 3º ano, Economia).

3.3.1 – Estratégias de estudo, desempenho escolar e dificuldades

Nas actividades escolares praticadas pelos estudantes, nomeadamente as estratégias de estudos, constatamos que os nossos entrevistados tiveram opiniões divididas. Uns preferem estudar individualmente (7/15), dentre estes 7 entrevistados, 2 deles estudam individualmente por motivos das suas ocupações, são trabalhadores a tempo inteiro e não têm o tempo suficiente para participar nos estudos colectivos com os colegas. Outros preferem estudar em colectivo com os outros colegas de estudo. Quanto aos trabalhos de grupo, há um reconhecimento quase que consensual de maioria na dificuldade de constituição de grupos de trabalho (12/15), percebeu-se a dificuldade dessa tarefa ao longo das entrevistas.

“Esse é o problema...risos... a escolha dos grupos... esse é o problema. Nos trabalhos de grupos normalmente, se não escolher o grupo com antecedência, ficas de fora, e depois fazem grupo sem contar contigo. A pessoa acaba por ficar por último e até recorre a ajuda do professor para te ajudar a arranjar o grupo porque se não, ficas num grupo de 2 ou 3 que acaba por ter menos produtividade. Procuram-se formar grupos entre eles” (Caraxe, 1º ano, Finanças e Contabilidade).

“Foi difícil conseguir grupo. Já fiquei sozinho várias vezes e as vezes o professor tem que dizer, epa... o Fulano tem que entrar aqui, não pode ficar sozinho e é lá que eles deixam.” (Rubane, 3º ano, Ciência Política).

“A dificuldade de arranjar grupo não foi apenas no 1º ano, até no terceiro. Há cadeira que não fiz por não ter conseguido arranjar grupos. Nos alunos que entram por ano no ISCTE em Economia, acho que apanhei o pior grupo, poucos são amigos. Há muita mistura... podia-se dizer no 1º ano

que eram infantis por acabarem de sair do secundário, mas até agora no 3º ano, em vez de melhorarem, são piores.” (Canhabaque, 3º ano, Economia).

Se, por um lado, há quem considere essa dificuldade de se constituir grupos de trabalho como uma forma de segregação por parte dos estudantes portugueses, há opiniões contrárias a esse respeito. Um dos nossos entrevistados considera que o “medo do desconhecido” e o estabelecimento de amizades precedentes a universidade que, muitas das vezes, está na origem de querer manter o circuito de amizade fechado.

“Tive algumas vezes, dificuldades na constituição de grupo, mas a minha sorte foi que, sem querer ser racista, consegui ter mais pretos como eu, foram alguns guineenses, moçambicanos, pronto... africanos no geral. Cada vez que tínhamos o trabalho de grupo eramos nós e porque identificamos uns com outros e é completamente normal. Eu acho que essa ideia de os portugueses constituírem os seus grupos a sós, é pelo facto de terem medo do desconhecido ou a maioria dos que entram cá veio das mesmas escolas. Ou seja, já se conhecem há muito tempo e sabem da capacidade de cada um.” (Orango, 2º ano, Ciência Política).

Outro dos nossos entrevistados considera que a necessidade de ter boas notas que está na origem do fechamento dos estudantes portugueses.

“No primeiro ano foi difícil porque não nos conhecíamos... e o que eu acho que é mal dos alunos aqui é o facto de serem formatados...a escola para eles é ter notas máximas, não se preocupam muito com o saber, preocupam-se mais em ter notas...desta perspectiva dificultei muito em arranjar o grupo no 1º ano porque ninguém sabia quem eu era, se esforçava ou não. Mas consegui arranjar um grupo com a última miúda e agora grande amiga minha, formamos grupo e fizemos grandes trabalhos de grupo naquele ano. Neste 2º ano as pessoas me pediam para estar no grupo deles.” (Rei, 2º ano, Sociologia).

Se, por um lado, a maioria dos estudantes alegou ter tido boas relações com os colegas, este facto revela uma aparente contradição na medida em que há um número reduzidos dos entrevistados que alegou não ter tido dificuldades na constituição de grupos de trabalho (3 entrevistados). Dos entrevistados, uma minoria significativa (6) não escondeu as suas dificuldades na constituição de grupos de trabalho. Para esses estudantes, os seus congéneres portugueses não facilitam a constituição de grupo de trabalho. Segundo eles, os portugueses fazem os seus grupos exclusivos não aceitando a integração dos outros estudantes. Há casos em alguns estudantes foram obrigados a fazerem trabalhos de grupo sozinhos assim como há situações que requerem mesmo a intervenção do professor para decidir o grupo em que o estudante deve integrar.

“Dei-me melhor com os africanos, de Angola, de São Tomé, de Cabo-Verde, Moçambique, Guiné. Eh pa, isolavam-nos. Nem para fazer grupo de trabalhos era difícil, sentavam-se longe de nós ,

faziam grupo entre eles, basta virem que um africano vai sentar junto deles, recuavam-se todos para as últimas filas das carteiras.” (Canhabaque, 3º ano, Economia).

“Foi difícil conseguir grupo. Já fiquei sozinho varias vezes e as vezes o professor tem que dizer, epa... o Fulano tem que entrar aqui, não pode ficar sozinho e é la que eles deixam.” (Rubane, 3º ano, Ciência Política).

Procuramos perceber do desempenho escolar dos nossos entrevistados, a forma como tem sido os seus percursos escolar e em que medida estão ou não satisfeitos com os seus desempenhos escolares. Ciente da existência dos problemas de varias ordens com que se confrontam, procuramos perceber até que ponto esses problemas têm repercutido nos seus desempenhos escolar. Relativamente a este aspecto, as opiniões dividiram-se em que a maioria dos entrevistados (8/15) considera o seu desempenho escolar de positivo, sendo que uma outra parcela considera o desempenho de razoável ou ao nível médio (5/15), e apenas 2 dos estudantes que consideram os seus desempenhos escolares de negativo. Os dois últimos estudantes cujos desempenhos é negativo, tal como um grande número dos entrevistados, quase todos, apontaram o primeiro ano como o factor do mau desempenho escolar devido aos problemas com que depararam. Convém salientar de que dos 15 entrevistados, quase metade (7) já repetiu o ano lectivo por acumulação de unidades curriculares não tiradas que impossibilitou a transição para o ano seguinte e o ano repetido foi igualmente, o 1º.

Não obstante a essas dificuldades no 1º ano, os estudantes entrevistados não esconderam os esforços feito por forma a melhorar os desempenhos, mesmo os que consideram o desempenho de negativo, há um reconhecimento de melhoria nos resultados em comparação com os momentos de chegada e uma convicção de ainda trabalhar para melhor sucesso. Aliás, mesmo os que consideram os seus desempenhos de positivo, sentem-se que poderiam ter sido de melhor se tivessem dado mais. Ou seja, há um sentimento quase que consensual, de que os resultados poderiam ter sido melhores se, não tivessem passado por aquelas dificuldades.

“Eu não sou o aluno de 18, 19. Eu diria que sou aluno de 14, quando chego 16, 17 é porque dei muito...risos. Esforcei-me bastante, risos. Eu tenho média de 12 e agora estou a tentar melhorar isso, mas isso foi dos 1ºs anos que não correram bem. Agora não. Estou a tentar esforçar-me. Não sou inteligente, mas esforço-me afincadamente para chegar o objectivo. Olhando bem, eu diria que o meu desempenho é positivo. Se não fosse um bocado preguiçoso podia ser melhor. Risos” (Bubaque, 3º ano, Engenharia Informática).

“O meu desempenho escolar não está abaixo nem acima da expectativa, esta no meio. Eu acredito que se eu tivesse tempo, poderia fazer essa análise, para dizer, eu tive tempo e não aproveitei, agora, tenho um pouco tempo e tendo esse desempenho, acho positivo porque vejo os que têm tempo total a terem o mesmo desempenho comigo, e vejo alguns a ter até menos desempenho em relação a mim, dai

que é muito difícil de se medir.” (Orangozinho, 3º ano, Engenharia de Telecomunicação e Informática).

“Considero o meu desempenho no nível médio. Como disse chumbei no primeiro ano quando entrei e depois fiz esforços e passei, e fui passando. Então... o primeiro ano foi difícil. Mal enquadrei-me com isso, sabia logo o que tinha que fazer para ter o meu nível médio. Não consigo chegar lá em cima...Eh pa... há disponibilidades que a pessoa deixa para depois ... e fazer mais tarde. Risos” (Uno, 3º ano, Engenharia Informática).

Apesar de serem apontadas as dificuldades e desafios com que estes estudantes se foram confrontando que, em geral, são comum, cada um deles deparou-se com algumas dificuldades em específico, tendo em linha de conta as diferentes circunstâncias e de situações específicas de cada estudante.

Procuramos elencar as dificuldades por forma a enquadrá-las para melhor compreender os seus efeitos nos estudantes. Estruturamo-las de seguinte forma: preparação de base, ou seja, a preparação base do ensino precedente (que inclui dificuldade de língua, dificuldades em algumas unidades curriculares), dificuldades financeiras, adaptação à universidade, articulação de emprego e estudo e apresentação de trabalhos foi apontado como um dos desafios com os quais confrontados.

Relativamente as dificuldades de base resultantes da preparação básica do ensino precedente ao que se encontram, apesar de nem todos os estudantes terem tido grandes défices neste sentido, há um reconhecimento em unanimidade da fraqueza do sistema de ensino no país de origem que de alguma forma, afecta os estudantes saídos deste sistema para frequentar os outros sistemas como é o caso dos estudantes em estudo como veremos adiante. Este reconhecimento explícito de consequências da má preparação básica precedente que acaba por afectar o desempenho de alguns dos nossos entrevistados ainda que em menor proporção (3/15), constitui um dos factores da reprovação dos mesmos logo no seu primeiro ano de curso.

“O ano passado não foi nada bom. Entrei e tive dificuldades. Não percebia as coisas. Tive uma base fraca e o ritmo aqui em comparação com o secundário ou na Guiné, não têm nada haver um com o outro. Lá, não se faz a apresentação de trabalhos e acaba por custar muito aqui. Muito nervosismo, as dificuldades de língua, sempre problemas... nada fácil.” (Caraxe, 1º ano, Finanças e Contabilidade).

Um outro aspecto que podemos considerar uma outra dificuldade resultante da má preparação básica deve-se ao pouco domínio da língua portuguesa tanto na compreensão como na expressão. Este aspecto foi destacado como uma das dificuldades no início do curso por alguns dos nossos entrevistados (4/15), ainda que em menor percentagem, a língua constitui um factor fundamental para o sucesso dos estudantes tanto na sua integração académica quanto ao seu bom desempenho escolar. A

situação torna-se bem pior ainda quando se trata da linguagem que se usa no ambiente académico que uns entrevistados consideram linguagens técnicas de difícil compreensão.

“Na Guiné estávamos habituados a linguagem mais fácil, enquanto aqui, não. Aqui tens que “descascar” o que os professores dizem, tens que perceber a pergunta para depois responder. Na Guiné as perguntas eram directas mas aqui, não. Tens que dar voltas e voltas até descobrir o que eles querem.” (Bubaque, 3ºano, Engenharia Informática).

“Tive algumas dificuldades linguísticas porque falar português é fácil mas perceber o que eles dizem é complicado. Deixei algumas cadeiras como a contabilidade e o Direito mais por questão da percepção, há muitas palavras técnicas que a pessoa precisa perceber. É mais pela percepção das palavras difíceis. Isso acaba por complicar em termos do conteúdo.” (Bolama, 1º ano, Gestão de Recursos Humanos).

“Foi muito difícil. Para perceber, era uma coisa complicada no 1º ano. O primeiro ano foi muito difícil. Não era fácil perceber porque na Guiné se misturava o português com o crioulo. Quando cheguei cá parecia-me que falavam mais rápido, mas é um hábito.” (Caraxe, 1º ano Finanças e Contabilidade).

“Quando cheguei tive esses problemas de expressão e compressão da língua, principalmente, quando se trata do português académico que é diferente do português dos subúrbios. Fala-se aqui o nível de português muito elevado. Uma pessoa que não domina o português de base e ao chegar aqui e confrontar-se com as palavras que não digo caras mas que eu não conhecia...isso acaba por constituir dificuldade, a pessoa tem que esforçar-se muito.” (Rei, 2ºano, Sociologia).

Uma das outras dificuldades apontadas pelos nossos entrevistados e que estão relacionadas em parte, com a preparação de base são as dificuldades tidas em algumas unidades curriculares (7/15), que para os estudantes de ciências económicas e tecnológicas, foram destacadas as unidades curriculares como a Matemática e Programação. Apresentação de trabalhos é igualmente uma das dificuldades que alguns dos nossos entrevistados apresentaram como sendo um grande desafio neste percurso académico.

Uma das outras dificuldades apontadas pelos nossos entrevistados são as financeiras, as comuns dos estudantes guineenses na diáspora. Cinco dos nossos entrevistados tiveram as dificuldades financeiras sendo que todos são desempregados e 4 deles recebem os apoios financeiros pontuais dos familiares e que 1 deles não beneficia de apoio familiar, sendo o trabalho de colaboração institucional no ISCTE-IUL a sua única fonte de rendimento.

“Os maiores problemas foram económicos, alguns problemas familiares que no fundo, não posso revelar aqui, porque não tinha por onde ficar aqui em Lisboa. Mas, na maioria são problemas

económicos. As vezes, venho sem comer, ninguém sabe e muitos colegas aqui passam por isso, até na faculdade de Direito. Eu sei dos problemas dos estudantes. As vezes, reunimos, eu sei dos problemas dos estudantes... Pronto... graças a Deus, ainda ninguém morreu, estamos vivos. Risos.” (Rubane, 3º ano, Ciência Política).

Para os estudantes que trabalham (4/15) e como era de esperar, apontaram as dificuldades em articular os estudos e o trabalho, sendo que todos trabalham ao tempo inteiro, acabam por ficar com falta de tempo para cumprir com outras tarefas escolares.

“Acho que entrar para a faculdade é sempre um desafio, é algo que não estamos habituados, quando saímos do secundário, aquilo que pensávamos da faculdade não é o mesmo que encontramos e é mais desafio ainda quando se tenta conjugar as duas coisas que é trabalhar e estudar ao mesmo tempo, tudo se torna um bocadinho mais complicado” (Orangozinho, 3º ano, Engenharia de Telecomunicação e Informática).

“Os maiores problemas, se calhar, têm a ver com o horário das aulas tendo em conta o meu trabalho. A hora de saída é as 5 horas e tenho que sair a correr para vir entrar as 6 horas. Quase todos os dias perco os 1ºs 15 ou 20 minutos de aulas.” (Rei, 2º ano, Sociologia).

3.4-Integração escolar versos actividades extra- académicas

No que tange ao aspecto de adaptação universitária, procuramos perceber da opinião dos nossos entrevistados pelas suas próprias experiências e dos seus pontos de vista relativamente ao percurso feito até aqui, a grande maioria (9/15) considera o processo de adaptação à universidade de difícil enquanto uma parcela dos entrevistados (5/15) considera que o processo de adaptação foi fácil. Dessas pessoas que consideram fácil os seus processos de adaptação, nenhum deles manifestou as dificuldades de ordem financeira, são estudantes que beneficiam dos apoios financeiros dos pais (3/5) e os de estatuto de trabalhadores estudantes (2/5). Dito de outro modo, dos estudantes que tiveram dificuldades financeiras, nenhum deles teve fácil processo de adaptação a universidade.

Igualmente, uma maioria dos entrevistados (12/15) considera integrada na universidade e na sociedade portuguesa com excepção de um que só se considera integrado na universidade e não na sociedade portuguesa, 2 dos entrevistados que se encontram em posições intermédias no que respeita a integração e um que considera não integrado.

Para além das actividades escolares, também procuramos explorar algumas actividades extra-escolares por forma a perceber a dinâmica de interacção dos entrevistados tanto no ambiente escolar como fora dele. No que respeita as actividades do ISCTE-IUL como palestras, conferencias, festas, alguns dos entrevistados frequentam essas actividades (6/15) bem como as actividades desportivas do ISCTE-IUL (5/15). Relativamente as actividades fora do âmbito escolar como jantares,

teatro/cinema, danças, um número reduzido (3/15) participa nas referidas actividades. Convém salientar de que dos participam nessas actividade fazem-nas com todos os colegas incluindo os portugueses. Alguns dos nossos entrevistados (6/15) não participam nestas actividades extra escolares por falta de tempo (4/6) e os outros porque não gostam (2/6).

Apesar de alguma participação em actividades de associação académica do ISCTE-IUL, os entrevistados consideram em grande maioria não ser inscrito nessa organização estudantil, assim como poucos deles pertencem a associação dos estudantes guineenses em Portugal.

Não obstante a não integração nessas organizações académicas por maioria dos nossos entrevistados, não deixam de reconhecer o papel crucial que elas podem ter nos estabelecimento de relações e de proximidade no seio dos estudantes através organização dos eventos de carácter interactivo, cultural, desportivo e académico.

Justamente, através desse papel de estabelecer relação de proximidade e de convivência entre os estudantes que alguns dos nossos entrevistados realçaram a importância de existência de um núcleo dos estudantes africanos em geral no ISCTE-IUL, como particularmente, dos estudantes guineenses. Este núcleo que segundo os entrevistados que defendem essa posição, serviria para promover os eventos de carácter cultural, académico e científico por forma a permitir trocas de experiências, debate de ideias sem deixar de ocupar o seu papel fundamental que, seguindo eles, seria de promover e facilitar a integração dos novos estudantes africanos no contexto universitário.

Há um reconhecimento por parte dos entrevistados que defendem essa ideia de que a nível dos estudantes guineenses no ISCTE-IUL, não existe relação de proximidade tal como acontece por exemplo, com os estudantes cabo-verdianos que estudam nessa instituição. Aliás a nossa experiência durante este trabalho pode de alguma forma, testemunhar essa falta de “ligação” ou de sintonia para troca de ideias. Foi criado um grupo no Facebook dos estudantes guineenses do ISCTE-IUL que servisse de espaço de contacto entre os estudantes e de partilha de informação. Apesar de ainda existir, está totalmente desactualizado. A nossa primeira tentativa de contacto de entrevistas foi por esse grupo que acabou por não funcionar e fomos obrigados a contactar os nossos entrevistados pessoalmente.

Seria fundamental a existência de um espaço de troca e de partilha de ideias entre os estudantes não só para os guineenses, como também para os de PALOP em geral. Esse espaço poderia jogar um importante papel no apoio a integração dos estudantes recém-chegados e que poderia evitar muitas dificuldades que são experimentadas pelos estudantes no momento de chegada a universidade.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os desafios das sociedades contemporâneas impostas pela globalização, em que o desenvolvimento da tecnologia e da informação se tornam, cada vez mais, os elementos cruciais nesse processo, a procura do conhecimento ganha proporções cada vez maiores. Sendo um recurso desigualmente distribuído nas diferentes regiões do globo, a sua importância no contexto actual, obriga os agentes a superar todos os possíveis obstáculos que possam condicionar a sua aquisição, obrigando, deste modo, as pessoas que se encontram nas regiões desfavorecidas a se deslocarem para os lugares mais apropriados para a sua aquisição. Essas deslocações acarretam desafios de diversas ordens, sociais, económicas e culturais.

A importância do conhecimento científico no desenvolvimento socioeconómico e cultural dos países exige a cada país apostar na formação e capacitação dos seus recursos humanos por forma a garantir a maior eficácia na produtividade que garanta o desenvolvimento social e o crescimento económico. Daí que os laços históricos existentes entre os países se tornam fundamentais na transmissão dos saberes que se processa através de estabelecimentos de laços de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento entre os países desenvolvidos e os de em via de desenvolvimento.

A ligação histórica de Portugal e as suas ex-colónias, processou-se com base na partilha de valores e de algumas identidades, nomeadamente a língua, que facilitou esse processo de transmissão de conhecimento como também, o processo migratório que ocorreu ao longo dessa ligação que permitiu o estabelecimento de comunidades migrantes nos respectivos países.

Com os propósitos de melhoria económica muitas comunidades africanas de lusofonia por via desses laços existentes, emigraram para Portugal e estabeleceram-se nesse país do continente europeu e com ajuda de relações cooperação e de apoio ao desenvolvimento, os estudantes guineenses procuram formações superiores nas instituições do ensino superior portuguesas. Cobertos com protocolos de acordos de cooperação, alguns estudam com bolsas de estudo e outros estudam por conta própria.

Os emigrantes já estabelecidos aproveitam as suas condições situacionais e os direitos que lhes assistem para facilitar as vindas dos familiares para Portugal e frequentarem os estudos superiores. Ainda assim, os estudantes guineenses em Portugal que se alegram de terem o privilégio de poderem beneficiar do sistema de ensino de melhor qualidade, em comparação com o de país de origem, não vivem completamente em “mar de rosas”, ainda que, a situação económica do país em que se encontram possa ser melhor do que a que deixaram para trás, apesar de actual contexto da crise económica mundial em que as fracas economias como a portuguesa se encontram, quando comparada com as dos países desenvolvidos.

O nosso trabalho incide sobre a experiência da integração escolar dos estudantes guineenses em Portugal, particularmente, neste momento em que o contexto actual que o mundo vive torna-se cada vez mais exigente, um dilema ainda maior para um estudante guineense desprovido do apoio do Estado do seu País, que almeja ter uma formação superior e que vê nela como um recurso de mobilidade social ascendente, encontrando-se num país estrangeiro fortemente abalado pela crise económica mundial. Os estudantes estão confrontados com uma “dupla-luta”: 1) a de adaptação e integração universitária que proporciona bons resultados escolares quando bem-sucedida, e 2) o desafio de superar dificuldades de várias ordens como, por exemplo, as dificuldades financeiras e ou dificuldades de articulação dos estudos com o trabalho que podem também condicionar o bom desempenho escolar.

O ISCTE-IUL enquanto espaço de produção e de transmissão de conhecimento, também tem o papel de um espaço de partilha e de intercâmbio cultural tendo em conta o universo diversificado dos seus estudantes. Essas partilhas de culturas processam-se nos contextos de relacionamento entre estudantes.

Os estudantes guineenses beneficiam do contacto com os nativos e vão-se igualmente estabelecendo relações, com outros estrangeiros nos quais partilham as mesmas condições.

Por forma a atrair mais estudantes estrangeiros e, respeitando as orientações da União Europeia enquanto Estado-Membro, Portugal agiliza os processos de legalização e de permanência dos estudantes no seu país, envolvendo neste processo não só as universidades como os Serviços Estrangeiros e os ministérios relacionados.

Registou-se um crescimento dos estudantes guineenses no ISCTE-IUL e esse crescimento tem a ver, como referido anteriormente, com o facto de existirem a grande comunidade emigrante guineense neste país que, de alguma forma, facilita a vinda e o estabelecimento dos estudantes por via de agrupamento familiar e a procura cada vez maior por parte dos jovens de formação superior.

Nos últimos anos, esses estudantes entram maioritariamente no ensino superior português por via da embaixada, através de protocolo mantido entre Direcção de Ensino Superior português e a embaixada guineense em Portugal através de vias diplomáticas. Apesar de serem considerados pelas instituições de ensino portuguesas bolsiros do Estado guineense, não beneficiam de qualquer tipo de apoio proveniente desse país que não seja o de não submeterem-se aos exames nacional de acesso ao ensino superior português. Essa falta de apoio faz-se sentir na vida académica dos estudantes, obrigando alguns a articular os estudos e o trabalho, facto que de alguma forma, repercute nos seus desempenhos escolares.

Outro aspecto de dificuldades realçado no trabalho foi o relacionamento dos estudantes com os seus colegas de turma relativamente a constituição de grupos de trabalho. Se por um lado a grande parte dos nossos entrevistados (12/15), ter revelado que tiveram boas impressões no relacionamento com os

seus colegas, o mesmo número dos nossos entrevistados experimentou as dificuldades na constituição de grupo de trabalho, tornando-se útil a intervenção dos professores em alguns casos para superar o problema.

Outro aspecto que ressaltou nesse trabalho é o facto de existir uma má preparação resultante do ensino precedente (a de país de origem), repercutindo-se no desempenho escolar dos estudantes entrevistados. Essa má preparação resultou do precário sistema de ensino do país de origem que teve como consequência o fraco domínio da língua portuguesa e de outros conteúdos básicos do ensino secundário. Essa língua (portuguesa) enquanto elemento cultural e identitário comum dos dois países, que, por um lado aparece como o factor motivador da escolha do país de estudo (por parte de alguns dos entrevistados), acaba por ser “traíçoeira” na medida em que constitui um obstáculo ao bom desempenho escolar.

As dificuldades acima referidas tiveram impacto na vida académica de alguns dos nossos entrevistados e, como consequência, quase metade dos entrevistados não conseguiu transitar no primeiro ano de entrada à universidade. Neste trabalho constatou existir relação entre as dificuldades de ordem financeira e ao processo de adaptação a universidade. Ou seja, os estudantes entrevistados que ao longo de processo de estudo experimentaram dificuldades financeiras, tiveram dificuldades de adaptação e de integração na universidade.

Não obstante algumas diferenciações no processo de acolhimento dos estudantes internacionais que estudam no ISCTE-IUL, em que os de intercâmbios são os mais privilegiados, particularmente no momento de chegada, a maioria dos estudantes entrevistados considera que o acolhimento em traços gerais, de bom, devido não só ao departamento encarregue de receber e ter os primeiros contactos com os recém chegados, como a colaboração dos colegas e dos professores. Ou seja, o acolhimento institucional acaba por ser considerado positivo, se tivermos em linha de conta o envolvimento integral de todos os actores e da própria instituição.

Apesar das dificuldades experimentadas pelos estudantes, principalmente no primeiro ano de entrada que teve como consequência a reprovação no primeiro ano de quase metade dos entrevistados (e em que a maioria considera o desempenho escolar desse ano de negativo), verificou-se grande melhoria no desempenho escolar, fruto de grande esforço e dedicação e de adaptação e integração dos estudantes.

Espera-se que este trabalho possa conter pistas para investigações futuras sobre o mesmo tema ou algo semelhante para aprofundar os conhecimentos sobre as vidas dos estudantes estrangeiros em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, Elisa da Palma (2012), *A imigração de estudantes internacionais para a União europeia: o caso português*; (Lisboa, SEF)
- Alves, Elisa da Palma (2013), *Estudantes internacionais no ensino superior português: motivações expectativas, acolhimento e desempenho. O caso dos estudantes angolanos, brasileiros e cabo-verdianos no ISCTE-IUL*, Dissertação de Mestrado em Educação e Sociedade, ISCTE-IUL
- Duque, Eduardo Jorge (2012), *Representações e expectativas dos estudantes universitários dos PALOP*, VII congresso português de Sociologia;
- Faist, Thomas (2000), *The Volume and dynamics of International Migration and Transnational Social Space*, Oxford University;
- Giddens, Anthony (2001), *Sociologia* (4ª edição), Fundação Calouste Gulbenkian
- Lockwood, David (1964), *Social integration and system integration*, em G.K. Zollschan e W. Hirsch (orgs.), *Explorations in Social Change*, Londres, Routledge, pp. 244-257.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração Etnicidade e Integração dos guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora;
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações a Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora;

CONSULTAS:

<http://www.fundacaocidadedelisboa.pt>

<http://www.iscte.pt>

<http://www.millenniumbcp.pt>

www.iscte.pt

www.sef.pt

Guião da entrevista

VIVER E ESTUDAR EM PORTUGAL

Porquê Portugal?

Quando chegou e como acedeu ao ES?

Agregado familiar/ como e com quem?

ENTRADA NO ISCTE- ACOLHIMENTO

Quando e como?

Acolhimento- quem? /Como?

Apoios – quais?/ Quem?

INTEGRAÇÃO E SOCIABILIDADE

Relacionamento – colegas de turma/ professores/conterrâneos/ PALOP?

Amizade- colegas de turma/ professores/conterrâneos/ PALOP?

Actividades escolares/ estudos individuais /colectivos e trabalhos de grupo?

Actividades extra escolares- colegas de turma/ /conterrâneos/ PALOP?

Actividades associativas- colegas de turma/ professores/conterrâneos/ PALOP?

Desempenho escolar- positivo/negativo? Porquê?

Integração- sim/não? Porquê?

Problemas e desafios

Adaptação universitária - como foi? Quais foram as dificuldades/ facilidades?

12º ano- Onde?

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Curso	
ano	
Local onde fez o secundário	
Situação profissional	
idade	
sexo	

INFORMAÇÃO PESSOAL



Wilson Cá

📍 Rua Casal da Serra nº 22, 4º, Dto. 2635-276, Rio de Mouro, Sintra

☎ 96 562 422 4

✉ wilsonca15@hotmail.com

Sexo M | Data de nascimento 10/09/1980 | Nacionalidade guineense

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

08/2013 – 09/2014 Investigador comunitário e tradutor

APF- Associação para o Planeamento Familiar- Projecto REPLACE-2

- Organização e Dinamização de grupos de Discussão "Focus groups" sobre a MGF e as práticas tradicionais nefastas;
- Tradução dos dados recolhidos.

2005 - 2011 Professor de Inglês do Ensino Secundário

Unidade escolar 23 de Janeiro - Guiné Bissau

- Aulas de inglês do 3º ciclo e do secundário

2006 - 2009 Monitor de curso de alfabetização de adultos e dinamizador/organizador dos trabalhos actividades comunitários

Sol Mansi Onlus – Organização não-governamental Italiana

- Sessões de alfabetização e organização/dinamização dos trabalhos e actividades voluntários da comunidade

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

2013 - Actualmente Mestrando em Sociologia

ISCTE – IUL, Lisboa

- Desigualdades sociais, Instituições sociais, Sociologia da modernidade, Desenho de pesquisa

2011 Pós Graduação em Antropologia Aplicada aos Processos de Desenvolvimento

La Sapienza – Universidade de Estudos de Roma

- Antropologia do Desenvolvimento, Gestão de projectos, Métodos de pesquisa

2006 à 2010 **Licenciatura em Sociologia**

Universidade Lusófona – Guine Bissau

▪ Técnicas sociológicas, Sociologia geral, Métodos e técnicas de pesquisa, Antropologia cultural

2001 à 2005

Curso Médio em Ciências de Educação, especialidade de Inglês

Escola Normal Superior Tchico Té, actual Escola Nacional de Educação - Guiné- Bissau

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português e crioulo

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	C2	C2	C2	C2	C2
Italiano	C2	C2	C2	C2	C2

Níveis: A1/2 Utilizador básico - B1/2 utilizador independente - C1/2 - utilizador avançado
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas